

Na medida em que o Brasil envelhece, a taxa de retorno sobre o capital vai diminuindo, então é muito importante ter condições de investir em países jovens que estão crescendo mais rápido. Essa é a opinião de Richard Jackson, fundador e presidente do [Global Aging Institute](#) (GAI), uma organização de pesquisa focada em questões econômicas, sociais e demográficas. O executivo, que está no Brasil para participar da 7ª Conseguero, evento que ocorre entre os dias 15 e 17 de setembro em São Paulo, critica o fato de que para fundos de previdência aberta no Brasil, a aplicação em ativos no exterior não é permitida. “É inconcebível, países com sistema de capitalização precisam adotar o conceito do homem prudente e os fiduciários têm obrigação de entregar o maior retorno ajustado ao risco. Isso exige um portfólio global”, salienta.

Pela Resolução CMN nº 3.308, de 2005, que trata da aplicação dos recursos das reservas, das provisões e dos fundos das sociedades seguradoras, das sociedades de capitalização e das entidades abertas de previdência complementar, não é permitida a alocação em ativos no exterior. Contudo, a regra está sendo revista. Ainda para este ano, há expectativa que a Susep e a secretaria da Fazenda devem autorizar o início dos investimentos no exterior na previdência complementar aberta, com um limite que deve variar dentro de um intervalo de 3% a 5%.

Richard Jackson diz que o Brasil tem um mercado de capitais razoavelmente grande, mas longe de ser o suficiente para sustentar um sistema de previdência. “O governo pode achar que há um interesse social legítimo em manter as economias dentro país. Mas no fim, o propósito de um sistema de previdência é fornecer aposentadoria. E um sistema capitalizado se torna manco se os profissionais que o administram não puderem diversificar o portfólio globalmente”, enfatiza Jackson.

Conservadorismo – O executivo diz ainda que o atual conservadorismo nas aplicações de fundos de previdência deve mudar naturalmente, mas que a diversificação é essencial para impulsionar essa mudança. “A distribuição de portfólio, em sua maioria, tem renda fixa. A razão disso é que taxas de juros estão muito altas há anos. Para que tomar um risco de talvez ter um retorno maior se esse retorno já é garantido sem risco? Mas as taxas de juros podem cair e os fundos podem mudar para renda variável. Vejo as entidades fechadas olhando mais para investimentos no exterior também”, destaca.

O especialista salienta que em países emergentes, muitas pessoas não participam do sistema de contribuições. “Quanto maior a participação na capitalização para o sistema, mais sustentável ele se torna. Há formas prudentes de mitigar risco através de alocação e diversificação do portfólio”, complementa.

Veja a entrevista completa na edição 275, de outubro, da revista Investidor Institucional.

Fonte: [Investidor Institucional](#), em 15.09.2015.